

O ENALTECIMENTO DA FARROUPILHA *VERSUS* O ESQUECIMENTO DA FEDERALISTA: UM ESTUDO DE CASO HISTORIOGRÁFICO

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

RESUMO

A partir da virada da década de vinte para os anos trinta, se estabeleceria no Rio Grande do Sul uma construção discursiva de cunho historiográfico cujos resultados se fariam sentir ao longo dos anos seguinte, deitando raízes até os dias atuais. A idéia de edificar uma imagem do Rio Grande do Sul integrado ao todo nacional passaria a ser a pedra de toque deste discurso historiográfico. Neste quadro, a Farroupilha ocuparia posição de relevo, sendo guindada ao ponto máximo da formação histórica gaúcha; já à Federalista o que restaria seria um forte preconceito, do qual adviria, inclusive, uma proposta de esquecimento do evento, intentando-se apagá-lo dos estudos de natureza histórica. Um estudo de caso sobre essa construção discursiva constitui o objetivo deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Grande do Sul, discursos historiográficos, Revolução Farroupilha, Revolução Federalista.

A derrocada do modelo vigente ao longo de boa parte da República Velha traria consigo uma rearticulação do poder no Estado Nacional Brasileiro, a partir de uma nova aliança entre as oligarquias centrais e as periféricas, culminando no processo histórico do qual se originaria a Revolução de 1930. Neste quadro, o Rio Grande do Sul exerceria significativo papel, e, do novo *status* do estado nos rumos da política nacional, adviria a construção de um discurso historiográfico que viria a ser predominante durante significativa parte da vida gaúcha, exercendo influências que se fazem sentir até os dias contemporâneos. Tratava-se de construir a imagem de um Rio Grande do Sul completamente integrado à comunhão brasileira, articulado com o todo, vencendo-se algumas das visões então vigentes que insistiam em ver o estado sulino como diferente, e, por vezes, até separatista em relação ao todo brasileiro. O nacionalismo, marca registrada da Era Vargas, pressupunha uma nação reunida em torno de um projeto que não

poderia deixar espaço para arestas que permitissem transparecer as notórias disparidades regionais do país.

O projeto político nacionalista teria na história um elemento legitimador de natureza “científica”, de modo que foi entabulado por uma série de historiadores um discurso que supervalorizava o caráter nacional do Rio Grande do Sul, menoscabando qualquer tipo de influência estrangeira, mormente platina, na formação gaúcha. Ainda que se incorresse muitas vezes em verdadeira alquimia discursiva para justificar certas premissas, construiu-se uma historiografia que, pelos níveis de apoios institucionais recebidos, assumiria um caráter de oficial e moldaria axiomas que passariam a ser encarados como verdades inquestionáveis. Nesse contexto, a Revolução Farroupilha ocuparia uma posição primordial nas abordagens históricas, estabelecendo-se um estereótipo de nacionalidade ao movimento, negando seu caráter separatista e a interpenetração das influências platinas, surgindo a imagem do mais importante momento da história gaúcha, símbolo da brasilidade dos sul-rio-grandenses. No mesmo plano, o tratamento dado à Revolução Federalista seria muito diferente, de modo que aqueles historiadores passavam a encarar essa rebelião como um mau exemplo, um conflito fratricida, eivado de violências e não alinhado com o modelo da “heróica” revolução gaúcha, passando a guerra civil de 1893 a ser negligenciada e a sofrer fortes preconceitos, dos quais redundaria um certo esquecimento do evento histórico. Um dos autores que contribuiu decisivamente para essas versões acerca da Farroupilha e da Federalista foi Emílio Fernandes de Souza Docca, cuja abordagem desses confrontos bélicos, respectivamente, em duas de suas obras – *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935) e *História do Rio Grande do Sul* (1954), constitui o objeto de pesquisa deste trabalho.

REVOLUÇÕES E HISTORIOGRAFIA

A partir da década de vinte, afirmando-se no decênio seguinte, desenvolveu-se uma construção discursiva no campo historiográfico que seria marcante para o conjunto da produção intelectual de cunho histórico no Rio Grande do Sul. Essa historiografia refletia as transformações que passavam a caracterizar o cenário nacional, com a mudança de alguns dos protagonistas, mormente a partir da Revolução de 1930. O fato de o Rio Grande do Sul passar progressivamente a ocupar uma posição de destaque na vida política brasileira levou uma significativa parte da intelectualidade rio-grandense a moldar certos paradigmas que servissem à identificação da unidade mais meridional do país com o todo nacional. Em torno dessa historiografia se

estruturaria verdadeira rede discursiva, a partir de um processo de constante reprodução, principalmente no meio intelectual, mas também no campo do senso comum. Além disso, os representativos respaldos institucionais de parte dos novos detentores do poder levaram à construção de axiomas que passaram a ser encarados como verdades absolutas e, portanto, inquestionáveis, criando-se um caráter de univocidade tão marcante que essas edificações passam a aglutinar em torno de si uma conotação de discurso historiográfico oficial. Tornando o gaúcho universal e unificando-o em uma só identidade, que refletisse tanto o interesse como as necessidades das elites, os demais membros do corpo social sul-rio-grandense passaram a considerar também como seus tais interesses e necessidades, e o Rio Grande do Sul iniciava sua marcha em direção à liderança nacional¹.

Dessa forma, os intelectuais vinculados a esse bloco histórico constituíram um grupo social que teorizava, tornava coerente e difundia as idéias e os valores da elite governante junto ao conjunto da população. Assim, esses autores foram eficazes na elaboração de um discurso que difundisse os valores fundamentais destinados a perpetuar a situação preeminente da classe dirigente, constituindo uma historiografia oficial, ou seja, aquela que foi oficialmente aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu passado e que deveria ser difundida². Um dos pressupostos fundamentais desse discurso historiográfico foi a construção de uma identidade estritamente nacional para o Rio Grande do Sul, ou seja, buscando desmentir uma certa tradição que aglutinava em torno da(o) capitania/província/estado um caráter excludente e até separatista em relação ao conjunto do país, intentava-se edificar uma imagem de um Rio Grande essencialmente ligado à formação lusitana e brasileira, negando influências externas –

¹ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 36. São várias as denominações atribuídas a essa formação discursiva historiográfica, muitas vezes definida sob o generalizador rótulo de “positivista”; no entanto, apesar da forte influência, nem sempre foi o positivismo o arcabouço teórico utilizado por aquela intelectualidade. Desse modo, segundo Gutfreind, a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica de então é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação filosófica específica, comum a todos, daí a preferência às expressões História e historiografia tradicional (GUTFREIND, 1992, p. 24-25). Tendo em vista os apoios institucionais recebidos por essa construção discursiva, mormente em termos governamentais e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição então predominante no campo da construção do “saber histórico” no contexto regional, neste trabalho optou-se pela denominação de discurso historiográfico oficial.

² PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Historiografia e ideologia*. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 62, 66 e 67.

principalmente as platinas – e alocando esta sociedade meridional no seio da comunhão brasileira³. Nesse quadro, ocorreria um descomunal esforço em torno de negar o caráter separatista da Revolução Farroupilha e, ao contrário, enaltecer o brasileiroismo do movimento, a partir da premissa de que o Rio Grande do Sul lutara, acima de tudo, para “continuar brasileiro”. Além disso, essa historiografia foi responsável pela transformação da guerra civil de 1835-1845 em verdadeiro mito, modelando-a como o mais importante momento da história rio-grandense, uma das marcas registradas do que chamavam de “alma gaúcha”, e, portanto, a “grande epopéia” que brindara o Brasil com uma “plêiade” de “lendários heróis”.

De acordo com essa perspectiva, esse discurso historiográfico se incumbiria de resgatar para as elites o seu passado, o qual a deveria nobilitar, exaltar suas virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Ao retratar a Revolução Farroupilha, essa historiografia traduzia e recriava vários dos “mitos fundadores” da formação sul-rio-grandense. Um deles estava ligado à “democracia gaúcha”, ou seja, o impreciso pressuposto pelo qual, diante das adversidades, as diferenças sociais não eram levadas em conta no Rio Grande do Sul. Essa visão historiográfica generalizava a idéia de heroísmo, altivez e honradez para o homem rio-grandense em geral, sem distinção que pudesse separar senhores de terra e gado e seus peões. No entanto, se eram cantadas em prosa e verso as virtudes do gaúcho, homem do campo em geral, quando se apontava um exemplo vivo de toda essa glória, ele pertencia aos elementos ligados à oligarquia rural⁴. Ao tratar da Federalista, no entanto, o que predominava era o preconceito, propondo-se o silenciamento diante das violências cometidas durante o conflito.

O caráter essencialmente brasileiro do sul-rio-grandense se fez presente de modo inexorável junto desse discurso historiográfico, ou seja, constituiu-se num complemento indispensável dessa visão glorificadora do gaúcho, apresentando-o como dotado de um forte sentimento de nacionalidade. Além disto, ao descrever-se a guerra civil de 1835-1845, o rio-grandense aparecia como o “paladino do liberalismo”, o “defensor das fronteiras” e o “artífice da nacionalidade”, tudo isto se expressando heroicamente numa resistência de dez anos ao Império e na defesa permanente contra o espanhol. No que tange à Federalista, o que prevalecia era uma visão enojada pelo morticínio acontecido, buscando-se anular historiograficamente aquele evento que

³ Sobre essa visão historiográfica, ver GUTFREIND, 1992, p. 37-113.

⁴ PESAVENTO, 1980, p. 67 e 69.

inspirava desagregação e ódio partidário, num momento em que o discurso predominante pregava exatamente o contrário. Dessa forma, esse gaúcho só teria motivos de orgulhar-se do seu passado, o qual dignificava o seu presente. Essa versão acabaria por perpassar as décadas, e suas influências ainda podem ser sentidas em tempos recentes, pois, mesmo que se esteja difundindo valores que pertenceram a outra época, na qual encontravam sua organicidade, essa defasagem é anulada em função da absorção pelo sistema que se rearticula e que precisa, pela volta ao passado, difundir velhos mitos, reafirmar o culto de heróis, encontrar antigas raízes que atestem longevidade, tradição e, fundamentalmente, aceitação⁵.

Essa historiografia, fruto de seu meio histórico, foi estabelecida a partir de uma série de estratégias discursivas, com destaque para o constante enaltecimento de certos fatos e indivíduos e um verdadeiro silenciamento quanto a outros. Assim, mais do que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, os escritos desses intelectuais, quando insistiam no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino, caracterizavam-se por uma tentativa de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. A Revolução Federalista, por seu lado, representava um agudo grau de ruptura com o sistema vigente em sua época, e, por muitos autores, foi abordada como uma guerra que lembrava a barbárie e o platinismo, chagas impossíveis de aceitar nos novos tempos. Nesse quadro, um dos temas centrais dessa intelectualidade foi o da formação de uma nacionalidade e da integração nacional, abordagens coadunadas com o processo histórico da Revolução de 1930, que trouxe uma tendência crescente de centralização econômica e política, a qual culminaria com a ditadura estado-novista, e acentuou a idéia de unidade nacional, atribuindo-se ao Estado essa tarefa. De acordo com essa linha de pensamento, era preciso não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso fosse necessário “maquilar” a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados “bárbaros”, os quais deveriam ser “exportados” para o outro lado da fronteira: o Prata⁶.

Apesar das críticas que as visões historiográficas mais contemporâneas viriam a promover em relação a esse discurso

⁵ PESAVENTO, 1980, p. 67, 69, 70 e 87-88.

⁶ OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9. v. 3. São Paulo: Vértice/ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989. p. 9-10.

estabelecido a partir dos anos vinte, não é possível simplesmente descartá-lo e sim analisá-lo em profundidade, buscando seus condicionantes intra e extradiscursivos, sem esquecer a quantidade de informações e documentações que aqueles intelectuais colocaram à disposição dos demais pesquisadores. Nessa conjuntura, aqueles historiadores buscaram utilizar-se da história como uma narração linear de fatos pré-selecionados, e como uma lição moral e cívica, através da qual os “grandes homens” – as individualidades que moviam a história – deixariam seus ensinamentos à posteridade. Prevalencia a história episódica, sem preocupações com a história-processo, pois o que os estudiosos buscavam reforçar pelo ensinamento histórico era o relato de um passado que confirmasse e valorizasse uma situação presente. Dessa maneira, a historiografia oficial não realizava a análise do processo subjacente ao simples arrolamento dos fatos, escapando-lhe à interpretação o contexto socioeconômico no qual se moviam os atores, os quais não apareciam como elementos pertencentes a um grupo social, mas como indivíduos, em outras palavras, a história aparecia como uma seqüência ordenada de episódios explicáveis através da ação de indivíduos predestinados⁷. Nesse quadro, a Revolução Farroupilha passaria a ser considerada como o epicentro da história rio-grandense-do-sul, vindo a ser metabolizada historiograficamente até transformar-se no verdadeiro mito do decênio heróico gaúcho. Já à Revolução Federalista, bem mais contemporânea àqueles tempos e demarcando o latente espaço das disputas político-partidárias de um passado recente, restaria, por vezes, o silenciamento e, por outras, um forte preconceito, que levaria a um quase esquecimento historiográfico da guerra civil de 1893-1895.

Um dos escritores gaúchos que melhor representou essa construção discursiva foi o historiador Souza Docca, o qual dilatou a orientação dessa abordagem historiográfica, realizando uma “diluição” da história do Rio Grande do Sul na história do Brasil. Historiador-militar, ou militar-historiador, Docca dedicou vários trabalhos à intervenção bélica brasileira no Prata, constituindo-se em “representante-mor” do discurso nacionalista-imperialista, não apenas gaúcho, mas, acima de tudo, brasileiro, ratificando as premissas do discurso historiográfico sulino então em pauta, que construía uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul⁸. Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu na cidade gaúcha de São Borja, em 1884, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1945. Militar de carreira desde 1899, quando ingressou no Exército

⁷ PESAVENTO, 1980, p. 82-83.

⁸ GUTFREIND, 1992, p. 53-55.

como voluntário, tornou-se 2º Sargento em 1900, realizou estudos no Curso de Administração Militar (1917-1921) e na Escola Superior de Intendência, no Rio de Janeiro (1921), vindo a galgar todos os postos no Quadro da Intendência, chegando a general. Ainda em relação a suas atividades militares, foi Chefe do Serviço de Fundos do Exército (1935-1940) e Diretor da Biblioteca Militar. Como historiador, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; pertenceu também à Academia Rio-Grandense de Letras, sendo delegado e presidente na Federação das Academias de Letras do Brasil, o que demonstra seu reconhecimento como intelectual de sua época⁹.

Seguindo uma convicção discursiva então marcante, Docca utilizava-se da história como uma lição de vida, em que os exemplos dos “personagens ilustres” serviam como modelos às gerações vindouras. Via a história, assim, como mestra da vida futura e presente, necessária ao legislador, ao político, e que servia para a educação patriótica e cívica. Nesse sentido, foi um continuador do discurso historiográfico que legitimava as atuações dos homens públicos no contexto regional e nacional a partir da Era Vargas. Apesar de não ter aderido ao movimento de 1930, argumentando que, como militar, não poderia atuar na vida política, do ponto de vista ideológico, foi um defensor do novo *status quo* estabelecido a partir da revolução outubrista, considerando que, daqueles tempos em diante, o Brasil principiava a sentir-se como um todo unido. Ardoroso defensor do espírito federativo como fator de uma Revolução Farroupilha acima de tudo brasileira, Souza Docca desenvolveu vários trabalhos sobre a revolta, lamentando a existência de preconceitos entre as diversas

⁹ Dados biográficos obtidos em: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ IEL, 1978. p. 186-187; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas bibliográficas sul-rio-grandenses*: autores. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 166-168. Dentre os trabalhos publicados por Souza Docca, pode-se citar: *A proclamação da República no Brasil* (1912), *A Batalha do Tuiuti* (1912), *Causas da Guerra do Paraguai* (1919), *Bento Manoel Ribeiro* (1923), *Vocábulos tupis-guaranis na Geografia do Rio Grande do Sul* (1924-1925), *A independência uruguaia* (1927), *A Convenção Preliminar de Paz de 1828-1829* (1928), *O Brasil e a independência do Uruguai* (1929), *O Brasil no Prata* (1931), *Deodoro* (1932), *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (1935), *O porquê da brasilidade farroupilha* (1936), *O desenvolvimento intelectual do Rio Grande do Sul* (1937), *Caxias: o pacificador* (1938), *Condomínio da Lagoa Mirim-Jaguarão* (1938), *As Forças Armadas na formação e defesa da nacionalidade* (1939), *Limites entre o Brasil e o Uruguai* (1939), *Caxias* (1939), *Capitania de São Pedro* (1940), *Gente sul-rio-grandense* (1942), *O bicentenário da colonização de Porto Alegre* (1942), *O homem capaz* (1942), *O dia pan-americano* (1943), *Caxias e a pacificação do Rio Grande do Sul* (1946) *A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul* (1947) e *História do Rio Grande do Sul* (1954).

unidades brasileiras pelo desconhecimento quase completo das “revoluções brasileiras”. Segundo o escritor, isto se devia à falta de conhecimento dos documentos, das memórias e crônicas sobre o movimento, além de não ter sido escrita ainda sua história. O autor condenava também a “fatalidade geográfica” como fator de desagregação em relação à união nacional, e lamentava as suspeitas de desejos separatistas do Rio Grande do Sul, imagem que, para ele, não passava de fantasia¹⁰. Quanto à Federalista, no entanto, o escritor-militar optou por abolir a abordagem deste evento, como se ele não fizesse parte da história gaúcha, sendo um dos inauguradores da idéia de um esquecimento da guerra civil da época da transição Monarquia-República.

SOUZA DOCCA E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

À época do centenário da Revolução Farroupilha, Emílio de Souza Docca empreendeu um ferrenho debate contra o escritor Alfredo Varella, que publicara obra na qual defendia tese diametralmente oposta à do discurso historiográfico oficial, reconhecendo as influências platinas e destacando o separatismo da Revolução Farroupilha¹¹. Nesta linha, Docca lançou uma série de artigos e ensaios defendendo a brasilidade da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845, os quais viriam a ser reunidos e incluídos numa das edições especiais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, alusiva ao centenário da Revolução Farroupilha, sob o sugestivo título de *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*¹². O maior intento desses escritos de Docca estavam vinculados à busca de uma resposta às premissas estabelecidas a partir do *platinismo* de Alfredo Varella. Para o general, o aval do IHGRGS à obra *História da Grande Revolução* não fora efetivo, tratando-se, isto sim, de uma “oficialização aparente”, em prejuízo da “verdade histórica”, devendo ser combatida e esclarecida, advindo daí seu objetivo de combater tais “idéias depreciadoras” dos sentimentos cívicos e “desdenhosas” da dignidade dos antepassados rio-grandenses. Souza Docca contradizia Varella, acusando-o de, através de seu anelo de platinizar o Rio Grande, induzir o leitor a apresentar os farroupilhas como conspiradores com os governantes dos países

¹⁰ GUTFREIND, 1992, p. 55 e 59.

¹¹ A respeito dos enfrentamentos entre estes historiadores e suas respectivas versões historiográficas, ver: GUTFREIND, 1992, p. 115-130.

¹² DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (separata da Revista do IHGRGS – II trimestre, ano XV). Porto Alegre: Globo, 1935.

vizinhos. O escritor militar chegava a diagnosticar em Alfredo Varela o padecimento de “espasmos” oriundos de sua “psicose separatista”, qualificando essas teses como um “platinismo imaginário”, sendo preciso acabar com a “lenda”, com a “invencionice” da influência platina no modo de ser e nas aspirações políticas dos rio-grandenses¹³.

O general-historiador fazia questão de distinguir o Rio Grande do Sul do Prata, mormente no que tange à tese da ausência de caudilhismo no contexto sul-rio-grandense. Para ele, o caudilhismo “não infelicitou” a terra gaúcha, pois a gente daí não teria nunca nutrido o “culto fetichista”, o qual fora a mística que sustentara os caudilhos platinos. Absolvendo a Revolução Farroupilha dessa característica, Docca destacava que, entre a gente do Rio Grande do Sul, o chefe não era o princípio, nem o fim da Revolução, já que “todos” combatiam por um ideal, consubstanciado em “grandioso” programa político, já que as idéias de liberdade dos rio-grandenses seriam contrárias ao domínio ditatorial, inimigas do despotismo e avessas ao suseranismo, e, portanto, não se coadunavam com o caudilhismo¹⁴. Através dessas premissas, o autor simplesmente negligenciava as relações de clientelismo e mandonismo local, predominantes na conjuntura gaúcha do século XIX e cujas raízes perduram na centúria seguinte, além de suprimir em sua abordagem as várias décadas da ditadura castilhistaborgista, a qual, segundo a ótica por ele expressa, segundo a lógica, não poderia estar coadunada com as “idéias de liberdade dos gaúchos”.

De acordo com a conjuntura historiográfica na qual escreveu, Emílio de Souza Docca considerava que a história deveria ser encarada como uma lição para o presente e o futuro. Nesse sentido, demarcava o caráter de exaltação de seus escritos por ocasião da efeméride comemorada em 1935, quando transcorria o primeiro século do “grandioso e patriótico feito farroupilha”, constituindo-se sua obra numa “primeira contribuição”, uma “simples achega” para as comemorações desse centenário, e como homenagem da mais alta admiração e de “fervente culto” à memória dos “grandes vultos” do passado gaúcho, os quais teriam agido como rio-grandenses e pensado “sempre” como

¹³ DOCCA, 1935, p. 3, 9-10, 67, 101 e 113. No combate às asserções de Varela, Docca afirmava também: “Os que ainda dão curso à invencionice da influência platina no Rio Grande, os que consideram este Estado como ‘uma terra saturada de castilhanismo’, assim procedem: por pirronice inveterada, que é sinal de marasmo mental; por exploração de ordem secundária, que revela falta de probidade como historiador; ou porque nunca sentiram o pulsar ardente do coração rio-grandense, através do tempo e do espaço, em suas grandiosas, inexecíveis manifestações de brasilidade pura, que a história registra” (p. 117).

¹⁴ DOCCA, 1935, p. 102-103 e 113.

brasileiros. Nessa perspectiva, Docca defendia que o principal mote da história era o estudo dos atos e feitos dos “grandes homens”, verdadeiros “exemplos” às futuras gerações, afirmando que as manifestações grandiosas da “alma de uma raça”, através de sua ancestralidade, atuavam sobre o indivíduo e sobre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades. Em síntese, o escritor admitia que seu desejo era o de reivindicar as glórias de “nossos maiores”, os quais teriam o direito do culto inabdicável e da veneração consciente, sincera e sagrada¹⁵.

No sentido de dar credibilidade a suas asserções, Souza Docca utilizava como argumento fundamental a utilização de documentação, segundo ele, merecedora de todo o crédito. A partir dessa convicção, o autor defendia suas principais teses acerca da Farroupilha, quer seja, o espírito federativo e a brasilidade dos rebeldes, afirmando que, por meio de “farta e preciosa” documentação, poder-se-ia comprovar que a Revolução de 1835 fora o mais longo, o mais heróico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa no Brasil; ou ainda, destacando que a “verdade histórica”, amparada nos fatos e nos documentos, desautorizava a afirmativa dos que negavam o sentimento de brasilidade aos rio-grandenses-do-sul¹⁶. Além dos documentos, citados à exaustão, o escritor buscava também lançar mão do que denominou “juízo dos historiadores”, arrolando uma série de autores que corroboravam sua perspectiva interpretativa, chegando a citar o conjunto do IHGRGS como contrário às premissas do separatismo e do platinismo¹⁷. Ao utilizar-se dos documentos e dos testemunhos de historiadores, Docca incorria numa pré-seleção de dados que viessem a consolidar suas teses, de modo que ele não analisava as mudanças ocorridas na revolução com o passar do tempo, utilizando proclamações de épocas diferentes como se todas tivessem o mesmo sentido de brasilidade, além do que, citava unicamente a opinião de historiadores e escritores que defendessem a idéia de federação e que eram contrários ao separatismo¹⁸.

A obra *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* não fugiu à regra de imprimir ao movimento analisado um caráter lendário e pleno de heroicidade. Segundo essa visão, tratara-se de um “decênio heróico”, verdadeiro esforço de idealistas para realizar o “grande sonho” político da federação, em direção ao qual se teria empreendido uma “cruzada

¹⁵ DOCCA, 1935, p. 4, 94 e 138.

¹⁶ DOCCA, 1935, p. 25 e 60.

¹⁷ DOCCA, 1935, p. 26-35 e 48-58.

¹⁸ FLORES, Moacyr. *Historiografia – estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989. p. 30.

heróica”. Nesses escritos, heroicidade e brasilidade andavam lado a lado, uma vez que esse sentimento tinha como penhor seguro, sincero, forte, indestrutível, o “heróico sacrifício de sangue” presente na luta dos gaúchos pela nacionalidade. No mesmo sentido, exclamava o autor que todos os homens da “Grande Revolução” viveram e formaram seu caráter no ambiente dessa grande era, e, embora monarquistas uns, republicanos outros, foram todos, sem exceção, brasileiros acima de tudo. Ainda que dissesse que o historiador não tinha direito de criar heróis segundo suas simpatias, Souza Docca incorria nesse processo de heroificação, declarando que todos deveriam bater palmas em louvor dos “verdadeiros heróis farroupilhas” e do “povo estóico” da terra gaúcha, cuja alma era feita de aço, que fora o instrumento de todos os triunfos dos diretores da Revolução¹⁹.

Na concepção de Emílio Fernandes de Souza Docca, o principal escopo dos líderes farrapos era o espírito federativo e não o separatismo. Para o autor, a formação histórica brasileira estava preñe de exemplos de luta pelas idéias federativas com as quais se coadunava a guerra civil rio-grandense, consistindo esta, portanto, em mais uma das “provas” da brasilidade dos rebeldes gaúchos. Nesse sentido, Docca defendia a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes históricos no Brasil em prol da República Federativa, e preocupava-se em demarcar o conceito de federação entre os rebelados rio-grandenses, aproximando-os do modelo norte-americano. Nesse sentido, o escritor definia o Rio Grande do Sul como um dos “berços históricos” do espírito federativo e afirmava que os líderes farroupilhas haviam, como homens à frente de seu tempo, antecipado a implementação de um ideal que se consolidaria, segundo ele, a partir de 1889, demonstrando o que queriam para o Brasil, com “descortino político” e “visão da realidade”, que maravilhavam e demonstravam “positivamente” e com clareza que eles sabiam o que queriam²⁰.

Como dizia o próprio título de sua obra, o maior intento de Souza

¹⁹ DOCCA, 1935, p. 14-15, 25, 60, 143 e 146.

²⁰ DOCCA, 1935, p. 5-14. Para Souza Docca, o próprio processo de pacificação fora um exemplo dos ideais federativos e não-separatistas dos farroupilhas, destacando que era a República Federativa que eles estabeleciam como condição *sine qua non* para a paz e não a separação definitiva (p. 66). Ainda de acordo com essa perspectiva, o autor destacava que a federação pretendida pelos rebeldes gaúchos era de vínculo à “comunhão brasileira” e não em relação aos países vizinhos, buscando esclarecer que: “Não havendo o longo e pertinaz apelo em prol da Federação Brasileira encontrado eco nas demais províncias, opinaram os farroupilhas pela paz, em 1845, preferindo se reintegrarem na Grande Pátria comum a uma união exótica”, evidenciando, assim, que a “filiação política mais platina que luso-brasiliense” é simplesmente imaginativa, mera ficção, desautorizada pelos fatos e pelos principais homens do decênio heróico (p. 104).

Docca era comprovar o brasileiro como marca registrada dos indivíduos que fizeram a Revolução Farroupilha. Segundo ele, o movimento farroupilha gravitou sempre em torno da brasilidade, e portanto não tinha fundamento a pecha de platinismo que lhe era atribuída e que só serviria para deturpar o “verdadeiro significado” do “grande sonho político” que os rebeldes se esforçaram para converter em realidade. Para corroborar a tese não-separatista, Docca utilizava como argumento a participação de várias das lideranças rebeldes, após a pacificação, nas guerras contra os países platinos, em favor do Brasil, considerando o ato separatista de 1836 como um simples recurso que não teria representado a real finalidade do movimento²¹.

Para o general-historiador, a brasilidade dos sul-rio-grandenses era inerente à sua natureza, afirmando que a “história ardente” da integração do território brasileiro no extremo-sul não admitia, e até repelia a “lenda fria” do desmembramento, de modo que o desprendimento era uma das mais rútilas das facetas da “glória farroupilha”, na qual fulgurava o amor pelo Brasil, diante do que o “azinhavre separatista” não poderia nunca empanar-lhe o brilho. Nesse sentido, Docca defendia que quem estudasse a fundo a Revolução Farroupilha, somente por uma aberração poderia ver nessa “cruzada portentosa” uma guerra separatista, diante dos documentos e fatos que evidenciavam que a sua finalidade era o estabelecimento da República Federal sob a bandeira do Brasil. Utilizando-se de manifestos de líderes farrapos, o autor buscava apontar para as provas elevadas dos “sentimentos patrióticos” dos mesmos, as quais evidenciariam que seus pensamentos estavam inteiramente concentrados no Brasil, que obedeciam aos imperativos da ancestralidade, cimentada pelo sangue e pela língua – fatores principais da consciência nacional e que constituía a “força vigorosa” que mantinha a integridade da pátria²².

Repisando constantemente no caráter fundamental de sua obra – a resposta aos escritos de Varella –, Souza Docca intentava evidenciar

²¹ DOCCA, 1935, p. 16-17, 30-31 e 46-47. No mesmo sentido, o escritor afirmava: “Quem animado de boas intenções, com a inteligência ao serviço da verdade e da justiça, estudar a cruzada farroupilha, há de verificar que nunca as alegrias dos triunfos, nem as angústias dos desastres, turbaram no ânimo dos rio-grandenses o sentimento de brasilidade. O ato separatista não tivera forças para romper os laços sagrados e vigorosos da união psíquica que tem mantido a integridade do Brasil, que não é um milagre, como se tem dito, e, sim, o fruto da alma de uma raça. Na formação do povo rio-grandense, reside a explicação da homogeneidade deste povo e de seus profundos sentimentos patrióticos, de que tem dado provas excepcionais, em todas as situações difíceis por que tem passado a nacionalidade, em seus conflitos internacionais. Os rio-grandenses foram sempre os primeiros a empunhar as armas e os últimos a ensarilhá-las” (p. 59-60).

²² DOCCA, 1935, p. 61-64.

quão “claras, positivas e grandiosas” eram as provas do “sentimento de brasilidade” dos gaúchos, apesar daqueles que vinham buscando “torcer” e “difamar” essas premissas. Segundo o escritor, esses anseios de “brasilidade pura”, essas manifestações ardentes, gravitando em torno da idéia do Brasil unido, sem quebra de sua integridade territorial, repeliem a afirmativa, sem apoio na “verdade histórica”, de que a Revolução tomara feições anti-brasileiras e seccionistas. Na perspectiva de Docca, o brasileirismo dos farroupilhas levou-os, inclusive, a transgredir em alguns de seus princípios políticos, tendo em vista o “valor maior” representado pela pátria, prevalecendo a “voz da ancestralidade”, como penhor seguro de um sentimento à “grande pátria” e ao “Brasil amado”, por eles defendido com dedicação e bravura. No intento de comprovar o “sentimento de brasilidade dos farroupilhas”, o autor destacava que a Revolução de 1835 fora profundamente brasileira e animada por um grande sonho político, ou seja, o de implantar no Brasil a República Federal²³.

Ao referir-se ao processo de pacificação no sul, Docca buscava esclarecer que a forma pela qual fora feita a paz no Rio Grande do Sul demonstrava que o “espírito brasileiro” predominava entre os “centauros de 35”, levando à reintegração à “grande pátria comum” e à inclusão na “grande família brasileira”. Nessa linha, o autor exortava que a razão principal da paz fora o amor e a dedicação ao Brasil de parte dos “grandes homens” que lideraram o movimento, os quais teriam amado muito o Rio Grande, mas nunca esquecido o Brasil, sabendo “sempre” colocá-lo acima de todas as competições. No mesmo sentido, o escritor defendia que a transigência, com a aparente renúncia do ideal político, em benefício da paz, fora uma “edificante lição” de tolerância e de patriotismo, bem como um “exemplo” que calara profundamente no espírito público, pois pusera em relevo que o maior interesse, o supremo bem político, a grandeza do Brasil, não residia exclusivamente na forma de governo, porque “tudo indicava” que essa forma seria transitória – numa alusão à República que viria mais de quarenta anos depois –, e, sim, na “unidade nacional”, de modo que o Brasil devia esse “serviço” à Revolução Farroupilha²⁴.

²³ DOCCA, 1935, p. 78-80. Mais uma vez, o escritor lançava mão da resposta entabulada em relação a Varella, afirmando que havia quem pusesse em dúvida este “sentido nacionalista”, ou ainda quem nele não crecesse, por desconhecimento da “verdade histórica”. Destacava o general que era especialmente para estes que ele acumulara os elementos esclarecedores, convincentes e glorificados do patriotismo rio-grandense, do amor inexcedível dos farroupilhas pelo Brasil, que eles queriam integrar nos princípios democráticos a que estava fadado (p. 83).

²⁴ DOCCA, 1935, p. 93-94, 100 e 144.

Lembrando a efeméride comemorada no ano daquela edição, Souza Docca resumia seus intentos com aquele texto, destacando que se estava às portas do centenário da “Grande Revolução”, não sendo justo, nem digno, que se comemorasse esse “feito extraordinário” menosprezando seus “legítimos heróis”, devendo-se, isto sim, glorificar esse “povo admirável” responsável por aquela “epopéia sem par”. Concluía o autor, exclamando que a Revolução Farroupilha não fora um elemento funesto à integridade do Brasil e, ao contrário, teria contribuído para a consolidação desta, de modo que comemorar aquele centenário serviria para relembrar um dos “maiores feitos da nacionalidade”, um dos “mais belos anseios em prol do regime democrático” e um dos “mais heróicos esforços” para integrar o Brasil em seus verdadeiros destinos. E, finalmente, conclamava que era tempo de sobrepujar-se as paixões e “fazer justiça” aos farroupilhas, devendo-se render um culto fervoroso e consciente a esses heróis, de modo a que todos pudessem ser dignos de possuir o “patrimônio glorioso” que eles legaram, dignificando-os através da história²⁵.

SOUZA DOCCA E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Uma das asserções mais conhecidas e repetidas sobre a Revolução Federalista foi explicitada na obra *História do Rio Grande do Sul*, de Souza Docca. Nesse verdadeiro compêndio sobre a formação gaúcha, o autor revelava algumas de suas concepções historiográficas e políticas, e, sobre a transição Monarquia–República, teceria breves comentários no subcapítulo “Revolução Federalista” e nos capítulos “Partidos políticos” e “Propaganda republicana”. Nesses segmentos do livro, Docca revelava suas simpatias pelo modelo castilhistaborgista, o qual significaria, na sua interpretação, a incorporação dos ideais republicanos, latentes desde a Farroupilha. Segundo o general, nas últimas décadas do século XIX as idéias republicanas estavam sendo revivificadas na “alma rio-grandense”, tomando vastas proporções e empolgando-a, quando a propaganda foi revigorada com inteligência e tenacidade pelos republicanos castilhistas, revelando o engajamento do historiador para com o castilhismo. No mesmo sentido, afirmava que todo o empenho da propaganda republicana foi o de reviver na “alma rio-grandense” o ideal democrático que animou a geração farroupilha, consistindo em velho e afagado sonho, de maneira que graças à

²⁵ DOCCA, 1935, p. 143 e 146. A abordagem da obra *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* foi realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 78-89.

disseminação destes ideais o povo gaúcho pôde compreender a República imediatamente e sentir a proclamação da nova forma de governo em toda a sua grandeza e em toda a sua significação²⁶.

No que tange aos partidos políticos atuantes na formação republicana gaúcha, Souza Docca citou as várias agremiações oposicionistas, limitando-se a citar os programas de cada uma delas. A maior atenção foi dedicada às greis governistas, como o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), refletindo, mais uma vez, a aproximação com o regime castilhistas, e, já nos anos trinta, com o Partido Republicano Liberal, demonstrando a simpatia para com o varguismo. Quanto ao PRR, o escritor identificava nele o mais fiel representante do ideal republicano, e, buscando aproximações com o seu tempo presente, explicava que, dentro das bases da ordem e animado por um amplo espírito de democracia social, fora recentemente ampliado e modificado o programa do tradicional partido, com o fim de integrá-lo na corrente ideológica que vinha presidindo a organização das democracias modernas, passando, por isso, a cogitar com mais atenção da incorporação do proletariado à sociedade moderna, da política pedagógica, visando à difusão geral do ensino, tornando-o acessível a todos, por considerar que a verdadeira democracia só existiria onde houvesse massas populares instruídas e educadas²⁷.

Ainda no que se refere à “renovação” programática do “tradicional partido”, Docca chamava atenção para uma incorporação das reivindicações religiosas, por não considerá-las incompatíveis com o princípio do Estado leigo, e se coadunar com o princípio político do liberalismo em matéria de crenças, do movimento corporativista, em oposição ao Estado individualista, da fomentação do surto associativo, com a integração da família, da associação do sindicato e da escola na economia do sistema representativo e do controle do Poder Executivo, de modo a ser evitada a hipertrofia. Já em relação ao Partido Republicano Liberal e às possíveis dissidências entre presidencialistas e parlamentaristas, o general-historiador comentava que não deveria haver a preocupação com as teorias dos sistemas de governo, e sim com o aproveitamento de tudo que fosse útil ao país, necessitando-se, isso sim, evitar instituições teóricas, sem fundamento na psicologia do povo, bem como repudiar uma confusão de castas e de classes, para fugir a uma babel político-social²⁸.

²⁶ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: “Organização Simões”, 1954. p. 377, 380 e 385.

²⁷ DOCCA, 1954, p. 367.

²⁸ DOCCA, 1954, p. 367 e 375.

Através de suas apreciações dos partidos políticos, Docca demonstrava o quanto estava articulado aos homens do poder de sua época e ao espírito de congregação que se buscava imprimir no Rio Grande do Sul desde a formação da Frente Única Gaúcha, de inspiração varguista. Especificamente quanto ao contexto histórico que envolveu a Revolução Federalista, o autor explicava que a proclamação da República surpreendera o país, não havendo nenhuma articulação com os republicanos nas províncias, destacando que no Rio Grande do Sul havia três partidos, os quais, se não aderiram logo à nova forma de governo, o fariam tacitamente, sem protestos contra o regime instaurado a 15 de novembro. Quanto à ação dos castilhistas em direção a alçarem-se ao poder e nele permanecer, o militar-escritor considerou-a normal, descrevendo que a situação era francamente favorável aos republicanos históricos e natural seria que eles quisessem ser os dominadores do dia. As constantes modificações dos governantes rio-grandenses foram descritas por Souza Docca como governos de emergência, que se sucediam continuamente, elogiando a nomeação de um castilhista, Fernando Abbott, considerado como o primeiro político de prestígio nomeado para aquela alta investidura²⁹, demarcando, mais uma vez, sua simpatia para com o castilhismo.

As fortes disputas pelo poder no Rio Grande do Sul entre os castilhistas e seus opositores foram descritas por Docca como um momento no qual houve divergências profundas entre as principais lideranças, destacando a formação das frentes anticastilhistas como a União Nacional, o Partido Republicano Federal e o Partido Federalista³⁰. O escritor começaria a manifestar sua ojeriza para com a Federalista ao descrever a formação do Governicho, destacando que, durante o governo dos dissidentes, foram cometidas muitas violências e praticados alguns atos de barbarismo, de modo que identificava já aí a culpa pela violência desenfreada que seria cristalizada como a marca registrada da guerra civil de 1893, ou seja, imputava-a aos opositoristas do castilhismo, considerando que as vinganças se manifestaram em seguida, com os republicanos no poder. Segundo o autor, os atos de crueldade, praticados por ambos os partidos, estariam a denunciar a tragédia selvagem de que em breve seriam vítimas os rio-grandenses, defendendo que era natural que os governistas ligados ao castilhismo reagissem, mas atenuava seu partidarismo por estes, ao

²⁹ DOCCA, 1954, p. 360-361.

³⁰ A respeito das disputas políticas na formação da República no Rio Grande do Sul, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 9-51.

demarcar que o mal desta repressão estava no modo violento, desumano e brutal como ela fora executada. A seguir, Souza Docca proferiria a sua frase mais conhecida acerca da abordagem histórica da Revolução Federalista: “Veio a revolução, que é um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação, e o fazemos silenciando seus acontecimentos”³¹.

Estava condenada a Revolução Rio-Grandense de 1893-1895 ao silêncio absoluto, tanto que, a seguir, o autor não mais faz referência a ela, narrando que, após a mesma, se seguiu um período de paz fecunda até que as agitações políticas de 1922 a 1930 viriam novamente a perturbar a marcha normal da civilização e do progresso. Revelando mais uma vez sua identidade com os detentores do poder, o escritor-militar declarava que o movimento de 1930, realizado no Rio Grande do Sul com o auxílio dos partidos que vinham se digladiando pelo poder, deu a impressão da existência de uma verdadeira e sólida frente única. Lamentava Docca que a Revolta de 1932 desfizera aquela ilusão, indicando, mais uma vez, que não era pela revolução armada, nem pela força bruta, que destruíra, que rebaixava e que aviltava, que os brasileiros haveriam de realizar seus grandes ideais, e sim pela revolução espiritual, que elevava, iluminava e valorizava o homem, rasgando-lhe horizontes grandiosos³².

Emílio Fernandes de Souza Docca distinguia, assim, a existência de boas e más revoluções, ou seja, das verdadeiras revoluções e das revoluções fratricidas, as quais, segundo sua concepção, seriam representadas na história rio-grandense pela Farroupilha e pela Federalista. Deste modo, considerava que a luta feroz do homem contra o homem era uma luta de selvagens, e por isso as lutas pelo poder seriam sempre de conseqüências funestas, sustentando que a verdadeira revolução era a da ordem, pois o que a humanidade precisava para que as instituições pudessem viver era de uma revolução cuja lei residisse na necessidade do espírito, devendo ser feita na instauração das verdadeiras hierarquias, na seguinte ordem: a espiritual, a econômica e, finalmente, a política, a serviço das demais. Identificando sua época, Docca aconselhava que era este o caminho que naquele momento de inquietações e incertezas deveria ser tomado, já que só a partir dele se poderia obter dias de glórias, de paz, de prosperidade, e conclamava todos para a congregação de esforços em prol de valores comuns, devendo todos seguir irmanados, sem paixões, sem ódios, sem preconceitos, com desprendimento e sinceridade, com

³¹ DOCCA, 1954, p. 361-362.

³² DOCCA, 1954, p. 362-363.

a fé do crente, com a tenacidade do apóstolo, com o idealismo do patriota³³.

De acordo com essas concepções, bem adequadas ao espírito nacionalista então em voga, o general-historiador deixava nas entrelinhas que a verdadeira revolução poderia ser exemplificada pela Farroupilha, ao passo que a Federalista era exatamente o antípoda do que se esperava para aquele momento, ou seja, era uma aberração dentro da história gaúcha. Incorria o autor numa premissa que se tornaria recorrente à historiografia rio-grandense, criando a oposição entre a revolução ideal e brasileira, a de 1835-1845, em contraponto à revolução platina e caudilhesca, a de 1893-1895³⁴. A partir dessa visão, reforçava-se uma versão amplamente negativa para com a Federalista, de um lado motivada pelo fato de que ela representava exatamente o oposto daquilo que os novos detentores do poder pregavam em torno da busca de uma unidade de pensamento e práticas políticas, e de outro, como uma continuidade do silêncio edificado pela preeminência de praticamente três décadas da ditadura castilhistaborgista.

Docca tanto tinha simpatias para com esse modelo quanto se filiava àquele projeto nacionalista dos governantes do pós-1930, daí pregar o expurgo da Federalista do rol dos heróicos atos da história gaúcha. Essa visão preconceituosa de Souza Docca para com a Revolução Federalista integrou um conjunto de interpretações que em muito marcou os discursos historiográficos entabulados no Rio Grande do Sul. Mesmo que, mais recentemente, principalmente no meio acadêmico, tenha sido superado o tabu em que a temática se havia transformado³⁵, de modo que paulatinamente a insurreição de 1893 viria a deixar de ser o assunto proibido da história rio-grandense³⁶, muito do

³³ DOCCA, 1954, p. 363.

³⁴ Ver: ALVES, Francisco das Neves. "Brasilidade X platinidade": a construção historiográfica acerca das revoluções sul-rio-grandenses. In: Anais das Primeiras Jornadas Internacionais de História Regional Comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. doc. s16a3.

³⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 66.

³⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: FUNDAMENTOS DA CULTURA RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 193. Segundo o autor, o silenciamento de Docca para com a Federalista era uma atitude compreensível numa época em que ainda sobreviviam numerosos participantes da guerra civil, e quando muito fortes ainda eram os ressentimentos partidários das facções em choque. Faltavam condições objetivas favoráveis à exegese histórica e faltavam condições subjetivas para os possíveis intérpretes, porque todos estavam mais ou menos contaminados por aquela ambiência psicológica de combate, que predominou no Estado até os umbrais de 1930. No

preconceito e da tendência ao silenciamento permaneceu, tanto historiograficamente³⁷ quanto junto aos meios de comunicação de massa, numa continuidade da propagação, mesmo que indiretamente, de alguns daqueles axiomas pregados por historiadores como Souza Docca.



Desta maneira, a obra de Souza Docca demonstra uma completa concatenação com o contexto histórico-historiográfico então vivido, pois, historiador porque militar ou militar e historiador, imbuído de sentimentos patrióticos, altamente nacionalistas, ele respondia àquele momento do Brasil pós-1930, em sua trajetória para uma grande nação. O autor clamava bem alto pela unidade nacional, atrelando o Rio Grande do Sul ao Brasil, a partir do qual emergiria a história sulina. Os escritos de Docca demonstravam o bairrismo de um historiador que procurava, com afinco, demonstrar que o Rio Grande do Sul, através de sua história, reprimia todo e qualquer sentimento localista pelo nacional. Nessa época, o Rio Grande do Sul liderava politicamente o país e dava os últimos retoques em sua identidade luso-brasileira, e, quanto ao discurso historiográfico, Souza Docca foi um dos construtores de uma representação imaginária do social, de modo que inclusive colocou a história a serviço do sentimento de nacionalidade, num grau bem amplo, insistindo no “papel natural” da liderança do Rio Grande do Sul na política nacional³⁸.

Ainda que o general não tivesse participado ativamente do movimento de outubro de 1930, inclusive negando-lhe apoio, essa não-adesão circunscreveu-se unicamente ao caráter militar, coerente com sua visão de dever profissional. No entanto, como historiador, Souza Docca colaborou significativamente na construção dos propósitos revolucionários de 1930, constituindo-se num eficiente agente na insistência do discurso historiográfico da brasilidade do Rio Grande do Sul, e abrindo espaços para o estado gaúcho no cenário nacional³⁹. Por meio de suas asseverações sobre a Revolução Farroupilha, Emílio Fernandes de Souza Docca defendia ardorosamente a brasilidade dos

entanto, Franco defende que este era um tempo passado, não havendo mais desculpas para se omitir uma análise interpretativa do grande evento histórico.

³⁷ A respeito da produção historiográfica sobre a Federalista, ver: ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In: ALVES, F. N.; TORRES, L. H. (orgs.). *Anais do IX Ciclo de Conferências Históricas*. Rio Grande: FURG, 2000. p. 67-77.

³⁸ GUTFREIND, 1992, p. 64-66.

³⁹ GUTFREIND, 1992, p. 66.

gaúchos e vociferava com veemência contra qualquer tendência que chamasse atenção para o separatismo ou o platinismo no Rio Grande do Sul; já quanto à Federalista, encarada como que inspirada pelo “barbarismo platino”, foi invocado um silêncio absoluto que deveria condená-la ao esquecimento perpétuo.

Para Souza Docca, a Farroupilha antecipara o republicanismo e o espírito federativo que se implementariam em 1889 e teriam sido “maculados” pela Federalista, no entanto os anelos da “verdadeira república” só estariam se concretizando no pós-1930, ainda que o federalismo – fundamento defendido pelo autor à extenuação – viesse a ser um princípio bastante menoscabado ao longo da década de trinta, mormente após a instauração do Estado Novo. Souza Docca se filiaría aos novos detentores do poder, e não foi para menos que ele veio a publicar *O homem capaz*, um “estudo sobre a personalidade” de Getúlio Vargas, sob os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1942⁴⁰, em plena ditadura estado-novista. História e vivências políticas se mesclavam no discurso historiográfico ofidal que servia à legitimação dos novos personagens que atuavam no cenário político regional e nacional.

⁴⁰ MARTINS, 1978, p. 186.